

Suinocultura

INDUSTRIAL.COM.BR

ISSN 2177-8930

40 anos

Nº 02|2017 | Ano 39 | Edição 275 | R\$ 45,00



1977 • 2017

Operação Carne Fraca dá novos rumos à inspeção sanitária brasileira

Casos pontuais não representam um mau funcionamento generalizado do sistema sanitário do País, mas levaram a medidas como a atualização do RIISPOA depois de 65 anos

ESTUDOS DA EMBRAPA

Uma análise sobre a conjuntura atual da suinocultura brasileira

PROCESSAMENTO DE CARNE

Influência do manejo pré-abate na ocorrência de fraturas em colunas de suínos

> Frigorífico >

OPERAÇÃO "CARNE FRACA" MUDA OS RUMOS DA INSPEÇÃO SANITÁRIA NO BRASIL

Depois de receber inúmeras críticas sobre a forma com que divulgaram as investigações, a Polícia Federal, no dia 21 de março, afirmou que as irregularidades identificadas na operação são pontuais e que "não representam um mau funcionamento generalizado do sistema de integridade sanitária brasileiro"

Da Redação

A Operação Carne Fraca trouxe à tona problemas estruturais que até então estavam distantes da opinião pública. Deflagrada no dia 17 de março pela Polícia Federal, denúncias contra frigoríficos e fiscais, embargos comerciais e garantia, por parte do governo, de que a carne brasileira é confiável foram temas que ocuparam todos os meios de comunicação e dividiram opiniões entre o setor produtivo.

De acordo com a Polícia Federal, a operação buscava desarticular um esquema de corrupção envolvendo fiscais agropecuários a serviço do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e donos de frigoríficos nos Estados do Paraná, de Minas Gerais e Goiás. As investigações apontavam que fiscais investigados na operação recebiam propina das empresas para emitir certificados sanitários sem fiscalização efetiva da carne e que o esquema permitia que produtos com prazo de validade vencido e com composição adulterada chegassem a ser comercializados.

Foram expedidos 27 mandados judiciais de prisão preventiva, 11 de prisão temporária, 77 de condução coercitiva e 194 de busca e apreensão. Ao todo, 21 frigoríficos foram investigados. Além disso, o Mapa afastou 33 fiscais de suas atividades. Até o dia 04 de abril, três estabelecimentos que vinham sendo auditados pelo Mapa, foram liberados, uma vez que não foram constadas irregularidades, de natureza econômica ou de impacto sobre a saúde humana. Com isso, Argus (SIF 1710), FrigoSantos (SIF 2021) e Breyer & Cia (SIF 3522) voltaram a exportar. Assim, de

21 estabelecimentos submetidos à inspeção de força-tarefa do Mapa, restam 18, sendo seis interditados com produção interrompida – entre eles a unidade de Mineiros (GO), da BRF [a unidade voltou a operar no início de abril], e as unidades de Jaraguá do Sul (SC) e Curitiba (PR) da Peccin Agro Industrial.

De acordo com a Agência Brasil, no processo, há a informação de que dois funcionários do Ministério da Agricultura seriam os líderes do esquema. As investigações também apontam que há ramificações, com líderes próprios, nas cidades de Londrina (PR), Foz do Iguaçu (PR) e Goiânia (GO).

DENÚNCIA

As investigações se iniciaram após denúncia do fiscal agropecuário Daniel Gouvêa Teixeira em 2015. À época, ele comunicou às autoridades policiais que funcionários estavam sendo removidos de funções para atender a interesses de empresários. Com base na denúncia, foi autorizada a interceptação telefônica e a quebra de sigilo fiscal e bancário dos suspeitos, que, junto com depoimentos, balizaram a operação.

Em coletiva de imprensa, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Agropecuários (Anffa Sindical), Maurício Porto, frisou que indicações políticas para o trabalho de fiscalização tem prejudicado o trabalho sério da maioria. O representante também comentou que os profissionais estão com um quadro defasado, desde 2002, de pelo menos 800 fiscais. "Somos servidores públicos federais e acreditamos no trabalho sério. Queremos o fim das indicações políticas, com chefias idôneas e indicadas



por mérito", contou.

Além das prisões, conduções coercitivas e apreensões da Polícia Federal, a Operação Carne Fraca deixou os consumidores brasileiros cautelosos. No mercado exterior, a operação resultou na suspensão parcial de exportação ou inspeção reforçada da carne brasileira para 14 países e a União Europeia. Jamaica, México, Trinidad e Tobago, Guiana, São Vicente e Granadinas, Suriname, Santa Lúcia Benin, Zimbábue, Antígua e Barbuda, Argélia, Bahamas, Bahrein, Belize, Angola, Granada, São Cristóvão e Névis e Dominica suspenderam completamente. Desde então, o que tem visto é um esforço substancial para recuperar a credibilidade da carne brasileira no mercado interno e externo. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, foi até o Senado dar explicações sobre a fiscalização. Ele também participou de procedimentos

de fiscalização em um frigorífico no Paraná e em um supermercado em Brasília. Além disso, o governo tem conversado com autoridades de outros países para reverter as restrições à carne. O presidente Michel Temer chegou a declarar que a carne brasileira é a "melhor do mundo". O Ministério da Agricultura também anunciou o afastamento dos servidores citados na operação e a exoneração de pessoas que tinham cargos comissionados.

EMPRESAS SE DEFENDEM

As gigantes BRF e a JBS tentaram minimizar o impacto causado pelas denúncias. Por meio de campanhas publicitárias, procuraram rebater dados apresentados na operação Carne Fraca. A JBS alega que não há menção a irregularidades sanitárias cometidas pela empresa e que



Blairo Maggi participa de inspeção de produtos cárneos em supermercado de Brasília (DF)

nenhuma fábrica foi interditada. Também apontou que nenhum executivo foi citado na operação. A BRF negou denúncias de que vendia carne inadequada ao consumo e atribuiu a acusação de uso de papelão em CMS (Carne Mecanicamente Separada) a uma interpretação errada da Polícia Federal nas investigações. Ainda disse que a fábrica de Mineiros foi interditada como medida preventiva pelo Ministério da Agricultura, mas que deve voltar ao funcionamento em breve. A BRF disse que vai colaborar com as investigações para evitar práticas de corrupção na empresa.

RUMOS DAS INVESTIGAÇÕES

Depois de receber inúmeras críticas sobre a forma com que divulgaram as investigações, a Polícia Federal, no dia 21 de março, afirmou que as irregularidades identificadas na operação são pontuais e que "não representam um mau funcionamento generalizado do sistema de integridade sanitária brasileiro", informou a EBC. No mesmo dia, a prisão temporária de 11 acusados na operação teve prazo encerrado e três tiveram o prazo prorrogado. Ainda não há previsão de uma nova força-tarefa da Polícia Federal na operação nem liberação de funcionamento dos frigoríficos suspensos.

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Diante da forte repercussão que causaram as investigações, o presidente Michel Temer e o ministro Blairo Maggi assinaram, no dia 29 de março, no Palácio do Planalto, o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). O antigo decreto do RIISPOA, não era atualizado há 65 anos, desde sua criação.

O regulamento engloba todos os tipos de carnes (bovina, suína e de aves), leite, pescado, ovos e mel. Entre as mudanças introduzidas na legislação está a elevação de penalidades. Por meio de medida provisória, a multa máxima a ser aplicada, no caso de irregularidades, passa de R\$ 15 mil para R\$ 500 mil, anunciou Maggi. Outra medida mais dura é a perda do selo SIF (Serviço de Inspeção Federal) por empresa que cometer três irregularidades gravíssimas em um ano.

A revisão do RIISPOA contempla a implantação de novas tecnologias, padronização de procedimentos técnicos e administrativos, maior harmonização com a legislação internacional, interação com outros órgãos públicos de fiscalização, ordenação didática das normas para facili-

tar a consulta e orientação e atualização de terminologias ortográfica e técnica. Foi compatibilizado com legislações, como o Código de Defesa do Consumidor e com o decreto que institui o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

SETOR APOIA INVESTIGAÇÃO, MAS QUESTIONA FALTA DE INFORMAÇÃO TÉCNICA

As indústrias exportadoras de carne suína e de frango perderam US\$ 40 milhões na primeira semana após as revelações da operação Carne Fraca, que levaram ao fechamento de diversos mercados no exterior. A receita corresponde a 22% da previsão total de embarques de uma semana, de US\$ 185,7 milhões. Os bloqueios totais ou parciais, que ocorreram em 25 mercados, representam 20% da receita das exportações de carne de frango e 33% dos embarques de carne suína.

Somando 42 anos de participação na construção e desenvolvimento das exportações brasileiras de carne, Osler Desouzar conversou com os portais *Avicultura* e *Suino-cultura Industrial* afirmando, categoricamente, que a operação Carne Fraca irá contribuir para uma queda de pelo menos 20% no faturamento sobre exportação em 2017. "O trabalho de reconstrução do Brasil no mercado internacional vai demorar pelo menos três anos", avaliou.

No epicentro das investigações, o diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Afonso Kroetz, falou ao portal *Avicultura Industrial* sobre impactos das investigações no Estado que é o prin-

cipal produtor e exportador de frangos do Brasil. "A gente sente que a repercussão em cima do Paraná e da imagem dos produtos paranaenses são mais uma vez afetados por coisas pontuais".

"Esta catástrofe poderia e talvez devesse ter sido evitada para não ter possibilitado aos nossos concorrentes europeus utilizar desta crise como munição para fortalecer o *lobby* deles contra a importação de carnes do Brasil", disse o mestre em Política Internacional e Pós-graduado em Comércio Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica, Jogi Humberto Oshiai, que atua na monitora do relacionamento econômico-comercial de países da América Latina com a União Europeia.

Professor da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, Pedro Eduardo Felício entende que a modernização do Serviço de Inspeção Federal (SIF), em operação há 102 anos no país, poderia ser um caminho. Um dos modelos a ser seguido é o hoje adotado no Canadá, onde uma agência federal independente atua no estabelecimento de normas e processos de fiscalização. A *Canadian Food Investigation Agency* (CFIA) tem um conselho formado por especialistas, cuja direção não se encontra, em hipótese alguma, sujeita as forças do mercado. Felício acredita ser o modelo canadense ou o adotado na França, bastante similar, como os mais adequados ao Brasil. A terceirização do serviço, que tem sido discutido há alguns anos, não é a opção ideal em sua opinião. "No meu ponto de vista jamais a terceirização. Isso tem que ficar muito claro. Essa crise talvez sirva para que parem de falar em terceirização", aponta. 



Jornalistas chineses em entrevista coletiva com o ministro Blairo Maggi

Crédito: Carlos Silva/Mapa